

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS**

PROCESSO N.º **22DC41CPU017**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO URGENTE**

ÍNDICE

1.	OBJETO DO CONCURSO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR	3
4.	REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL	3
5.	AGRUPAMENTOS	4
6.	REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA	5
7.	INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	5
8.	PREÇO BASE	5
9.	REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS	7
10.	FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	7
11.	REVISÃO DE PREÇOS	8
12.	ADIANTAMENTOS	8
13.	SEGURO	8
14.	MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	8
15.	PENALIDADES	9
16.	SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
17.	RESPONSABILIDADE	10
18.	RESOLUÇÃO	11
19.	CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
20.	ATOS DE TERCEIROS	12
21.	PUBLICIDADE	12
22.	DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	12
23.	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	12
24.	CONFIDENCIALIDADE	14
25.	CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	16
26.	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
27.	GESTOR DO CONTRATO	16
28.	FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
	PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	18
29.	IDENTIFICAÇÃO DOS BENS E QUANTIDADES ESTIMADAS	18
30.	OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	20
31.	CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS BENS E LOCAIS DE ENTREGA	20
32.	CONFORMIDADE DOS BENS	21

ANEXO:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público urgente para a **Aquisição de Campos Cirúrgicos** em conformidade com as cláusulas técnicas definidas neste caderno de encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **17 (dezassete) LOTES**, cuja composição está descrita no quadro da cláusula **29**. deste caderno de encargos.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) Este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do Adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1. Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
 - 1.º Os termos dos suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela SCML e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente caderno de encargos;

- 3.º** O presente caderno de encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** A proposta do adjudicatário;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste caderno de encargos.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar as prestações contratuais objeto deste caderno de encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único contrato de fornecimento de bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pelo fornecimento de todos os bens perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4.** No caso previsto do número anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do agrupamento/consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento/consórcio depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser

solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.

- 5.6. O agrupamento/consórcio deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do adjudicatário.
- 5.7. O adjudicatário, seja empresa individual, agrupamento ou consórcio, sempre que modificar os seus estatutos e escritórios permanentes deverá comunicar esse facto de imediato à SCML, de modo a se garantirem permanentemente os contactos técnicos e administrativos durante o período de vigência do contrato.
- 5.8. Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente caderno de encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o adjudicatário.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor após a entrega completa dos documentos de habilitação válidos, e terá a duração contratual máxima de **6 (seis) meses** a contar daquela data.
- 7.2. Independentemente das quantidades efetivamente fornecidas durante o prazo de execução contratual, o contrato cessará a sua vigência na ocorrência da primeira das seguintes situações:
 - 7.2.1. Atingido o prazo máximo de duração definido no **número 7.1** da presente cláusula;
 - 7.2.2. Durante a sua execução, uma vez esgotado o preço contratual.
- 7.3. Não obstante o disposto no **número** anterior, o(s) contrato(s) mantém-se em vigor desde a data da entrega completa dos documentos de habilitação válidos, até ao fornecimento integral dos bens objeto do presente procedimento, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

8. PREÇO BASE

- 8.1. Para o fornecimento de todos os bens objeto do contrato a celebrar, que englobe os **17 (dezassete) LOTES**, o preço base global é de **€33.620,00 (trinta e três mil, seiscentos e vinte euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo para cada **LOTE** o seguinte:
 - 8.1.1. Lote 1 – Campo Cirúrgico Adesivado - € 1.800,00 (mil e oitocentos euros);

- 8.1.2.** Lote 2 - Campo Cirúrgico Adesivado em U 200x260cm - € 2.770,00 (dois mil setecentos e setenta euros);
- 8.1.3.** Lote 3 - Campo Cirúrgico Bolsa Auxiliar 35x42 cm - € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros);
- 8.1.4.** Lote 4 - Campo Cirúrgico Cobertura Mesa Mayo - € 640,00 (seiscentos quarenta euros);
- 8.1.5.** Lote 5 - Campo Cirúrgico Estéril - € 1.260,00 (mil, duzentos e sessenta euros);
- 8.1.6.** Lote 6 - Campo Cirúrgico Estéril com Adesivo - € 220,00 (duzentos e vinte euros);
- 8.1.7.** Lote 7 - Campo Cirúrgico Estéril com Adesivo e com Abertura 10cm, 100x100cm - € 140,00 (cento e quarenta euros);
- 8.1.8.** Lote 8 - Campo Cirúrgico Incisão Auto Adesivo - € 3.130,00 (três mil, cento e trinta euros);
- 8.1.9.** Lote 9 - Campo Cirúrgico Isolamento Vertical 370x330cm - € 180,00 (cento e oitenta euros);
- 8.1.10.** Lote 10 - Campo Cirúrgico Manga Impermeável 50 cm - € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);
- 8.1.11.** Lote 11 - Campo Cirúrgico Não Adesivado - € 1.910,00 (mil, novecentos e dez euros);
- 8.1.12.** Lote 12 - Campo Cirúrgico Não Adesivado Plástico 150x200cm - € 310,00 (trezentos e dez euros);
- 8.1.13.** Lote 13 - Campo Cirúrgico p/ Extremidade Mão ou Pé 245x230cm - € 5.140,00 (cinco mil, cento e quarenta euros);
- 8.1.14.** Lote 14 - Campo Operatório Inc. lodo 60x85cm - € 1.500,00 (mil e quinhentos euros);
- 8.1.15.** Lote 15 - Trough Cirúrgica Universal 6 peças - € 7.780,00 (sete mil, setecentos e oitenta euros);
- 8.1.16.** Lote 16 - Perneira Cirúrgica 25x80cm c/ Fita Adesiva 10x50cm - € 350,00 (trezentos e cinquenta euros);
- 8.1.17.** Lote 17 - Máscara Cirúrgica Alto Risco c/ Viseira - € 5.790,00 (cinco mil, setecentos e noventa euros).
- 8.2.** O preço base global e os preços base por **LOTE**, foram fixados com base na consulta preliminar ao mercado realizada e no valor dos últimos fornecimentos de bens do mesmo tipo.
- 8.3.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML pagará ao adjudicatário, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada, às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.4.** O preço inclui todos os custos, despesas e encargos que o adjudicatário tenha que suportar para assegurar o fornecimento objeto do presente procedimento.

- 8.5.** A SCML reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades referidas na **cláusula 29.** do presente caderno de encargos, por as mesmas serem **meras estimativas**, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O adjudicatário obriga-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste caderno de encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo (s) seu (s) representante (s).
- 9.3.** No decurso da execução do fornecimento, a SCML pode solicitar ao adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de entrega dos bens a fornecer, comprometendo-se o adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas diretamente ao Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, após a entrega dos artigos encomendados, para o endereço faturaelectronica@scml.pt devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.2.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, nos prazos e para as entidades previstas na lei, é permitido o envio das faturas por outros suportes que não os eletrónicos para o endereço eletrónico fatura@scml.pt, ou na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas deverão ser enviadas para a morada do referido Núcleo sito na Calçada da Glória, n.º 53 1250-112 Lisboa.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.

10.4. Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário, sendo as mesmas devolvidas, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

10.5. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula 18. do presente caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. ADIANTAMENTOS

No âmbito da presente aquisição de bens não há lugar a adiantamentos.

13. SEGURO

13.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente caderno de encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste caderno de encargos, deverá o adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de seguro de Seguro de Responsabilidade Civil.

13.2. Os encargos referentes ao seguro imposto por este caderno de encargos são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

13.3. O seguro deverá ser contratados junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.

13.4. A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.

13.5. Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será de conta do adjudicatário.

13.6. A apólice de seguro referida no número 13.1. da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas às mesmas é o de Lisboa.

14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

14.1. O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

14.1.1. Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das

obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

14.1.2. Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

14.2. A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

15. PENALIDADES

15.1. No caso de o adjudicatário não efetuar o fornecimento dos bens contratados no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:

15.1.1. Resolver o contrato nos termos legais;

15.1.2. Adquirir os bens em falta ou desconformes no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do adjudicatário.

15.2. A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:

15.2.1. Forem excedidos os respetivos prazos; ou;

15.2.2. O fornecimento dos bens não estiver conforme o exigido no presente caderno de encargos, e o adjudicatário não tenha corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.

15.3. O gestor do contrato pode propor a aplicação das penalidades que considere mais adequadas para o tipo de contrato em causa, tendo sempre em atenção o limite máximo de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, o qual pode ser elevado para **30% (trinta por cento)** nos casos do artigo 329.º n.º 3 do CCP.

15.4. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar.

15.5. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste caderno de encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

15.6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 16.1.** O adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 16.2.** No caso de subcontratação, o adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 16.3.** Em caso de incumprimento pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha da ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações do adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual do adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. RESPONSABILIDADE

- 17.1.** Se o adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 17.2.** O adjudicatário assume integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 17.3.** O adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.

- 17.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 17.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 17.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

18. RESOLUÇÃO

- 18.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo adjudicatário, após este último ter sido notificado desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 18.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:
- 18.3.** Se o adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;
- 18.4.** Se se verificar o previsto em 15.5.;
- 18.5.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução contratual;
- 18.6.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução do presente fornecimento de bens.
- 18.7.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclude o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário e da resolução.
- 18.8.** Se a resolução for imputável ao adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 18.9.** Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do adjudicatário será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 18.10.** A SCML, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, será enviada com a maior antecedência possível.

18.11. A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** do presente caderno de encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt>.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o adjudicatário sofra impedimentos na execução dos fornecimentos dos bens para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. PUBLICIDADE

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

22.1. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento de bens objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.

22.2. Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo adjudicatário do disposto no número 22.1 da presente cláusula, adjudicatário indemnizará a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

23.1. Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento

satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

- 23.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 23.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o adjudicatário obriga-se a:
- 23.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
 - 23.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
 - 23.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
 - 23.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
 - 23.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - 23.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
 - 23.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;

- 23.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 23.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 23.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído o fornecimento de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 23.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 23.4.** O adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 23.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário no âmbito do presente procedimento;
- 23.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 23.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

24. CONFIDENCIALIDADE

- 24.1.** O Adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação transmitida, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do fornecimento dos bens, seja a classificada com indicação de confidencial ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem

prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma acidental e involuntária.

- 24.2.** O Adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo hardware e software, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 24.3.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato, sem prévia autorização expressa da SCML.
- 24.4.** O Adjudicatário obriga-se a não divulgar as informações e documentos obtidos junto da SCML e obriga-se a não os utilizar a título profissional e/ou em benefício próprio, fora do objeto do presente procedimento, bem como se obriga a não fazer qualquer reprodução de quaisquer documentos, ou informações prestadas, sem prévia autorização expressa da SCML nesse sentido.
- 24.5.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à SCML o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.
- 24.6.** Para além da informação identificada no número anterior, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado o contrato.
- 24.7.** Terminado o contrato, o Adjudicatário fica obrigado a devolver ou a destruir e fazer prova da destruição da informação que produziu e daquela que lhe foi entregue, quando solicitado.
- 24.8.** O Adjudicatário é responsável pela guarda e proteção adequadas da informação e será responsabilizado pela sua divulgação não autorizada.
- 24.9.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 25.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez) dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção do presente caderno de encargos, para que de colaboração as Partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 25.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 26.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na cláusula 2. do presente caderno de encargos.
- 26.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no caderno de encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

27. GESTOR DO CONTRATO

- 27.1.** A SCML designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 27.2.** Ao gestor do contrato compete, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 27.3.** O adjudicatário deverá comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens, será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo

de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

- 28.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**29. IDENTIFICAÇÃO DOS BENS E QUANTIDADES ESTIMADAS**

Lotes	Posição	Designação	Características Técnicas	Quantidades Estimadas 6 Meses (un)
1	1	Campo cirúrgico adesivado 150x240cm	Isento de latex; campo cirúrgico estéril c/ barra extensa adesivada; 150x240cm; embalado individualmente; multicamadas	400
	2	Campo cirúrgico adesivado 75x75cm	Isento de latex; campo cirúrgico estéril c/ barra extensa adesivada 75x75cm; embalado individualmente; embalagem peel open pack; multicamadas	825
2	-	Campo cirúrgico adesivado em u 200x260cm	Isento de latex, campo cirúrgico estéril, adesivado em u 200x260cm; embalado individualmente; multicamadas	425
3	-	Campo cirúrgico bolsa auxiliar 35x42cm	Bolsa transparente, auxiliar de campo com 2 secções (40x35cm ou 35x42cm) estéril, Isento de Látex; embalado individualmente; Uso único; embalagem peel-open pack	750
4	-	Campo cirúrgico cobertura mesa mayo	Cobertura para Mesa de Mayo, estéril, isento de latex, reforçado na zona de utilização; Película impermeável; Embalagem unitária e estéril; embalagem peel-open pack; multicamadas	750
5	1	Campo cirúrgico estéril 38x45cm	Campo cirúrgico estéril 38x45cm; embalado individualmente	2100
	2	Campo cirúrgico estéril 75x45cm	Campo cirúrgico estéril 75x45cm; embalado individualmente	2575
6	-	Campo cirúrgico estéril c/adesivo 100x100cm	Campo esterilizado com barra adesiva; tecido não tecido; tamanho 100x100cm; embalado individualmente.	75
7	-	Campo cirúrgico estéril c/adesivo, c/abertura 10cm, 100x100cm	Campo esterilizado com adesivo, com buraco de 10cm com adesivo, tamanho 100x100cm; esterilizado.	40
8	1	Campo cirúrgico incisão auto adesivo 35x35cm	Película transparente adaptável, elástica e impermeável; isento de latex; 35x35; estéril; embalada individualmente; embalagem peel-open pack	65
	2	Campo cirúrgico incisão auto adesivo 60x45cm	Película transparente adaptável, elástica e impermeável; isento de latex; 60x45; estéril; embalada individualmente; embalagem peel-open pack	245

	3	Campo cirúrgico incisão auto adesivo 60x85cm	Película transparente adaptável, elástica e impermeável; isento de latex; 60x85; estéril; embalada individualmente; embalagem peel-open pack	350
9	-	Campo cirúrgico isolamento vertical 370x330cm	Isento latex; campo cirúrgico estéril, isolamento vertical; transparente; 370X330CM; embalado individualmente (para artroscopia da anca)	16
10	-	Campo cirúrgico manga impermeável 50cm	Manga de proteção de braço; estéril; Isento de latex; embalagem individual; Punho de malha, Capacidade de absorção; película impermeável; embalagem peel-open pack	250
11	1	Campo cirúrgico n_adesivado 100x150cm	Isento latex; campo cirúrgico estéril; tnt não adesivado 100x150cm; embalado individualmente; multicamadas; embalagem peel-open pack	175
	2	Campo cirúrgico n_adesivado 75x90cm	Isento latex; campo cirúrgico estéril não adesivado; tecido não tecido com película impermeável; 75X90CM; embalado individualmente; embalagem peel-open pack	3650
12	-	Campo cirúrgico n_adesivado plástico 150x200cm	Campo cirúrgico estéril; TNT com película plastificada, 150x200cm, para cobertura de mesa; embalado individualmente; não adesivado; isento de latex; multicamadas	160
13	-	Campo cirúrgico p/extremidade mão ou pé 245x320cm	Campo cirúrgico estéril para extremidades 245x320cm; embalado individualmente; isento de latex; multicamadas; orifício elástico impermeável 5x7; resistente e ajustável;	570
14	-	Campo operatório inc.iodo 60x85cm	Película transparente adaptável, elástica e impermeável; isento de latex; 60x85; estéril; embalada individualmente; revestida com iodo; embalagem peel-open pack	120
15	-	Trouxa cirúrgica universal 6 peças	Isento látex, trouxa cirúrgica universal com 6 peças: 2 campos cirúrgicos adesivados 75 x 90cm, 1 campo cirúrgico de mesa plastificado 140 x 190cm, 2 fitas autoadesivas 10x50cm, 1 campo cirúrgico adesivado 150 x 240cm, 1 campo cirúrgico adesivado 170 x 175cm, 4 toalhetes absorventes 33 x 33cm (Campos com 3 camadas)	1150
16	-	Perneira cirúrgica 25x80cm c/fita adesiva 10x50cm	Isento látex, perneira cirúrgica 35x80cm, com fita adesiva 10x50cm; película externa impermeável à humidade; costuras seladas em forma de saco; embalagem peel-open pack	345
17	-	Mascara cirúrgica alto risco c/viseira	Máscara cirúrgica de alto risco com viseira; com atilhos; Viseira anti embaciamento com pelo menos 8cm de altura; mascara com ajuste nasal confortável; Viseira com proteção lateral; isento de latex	1755

30. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem ainda para o adjudicatário as seguintes obrigações especiais:

- a) Realizar o fornecimento dos bens, nos termos previstos neste caderno de encargos;
- b) Afetar ao fornecimento todos os meios e recursos, materiais e humanos necessários ao bom cumprimento do mesmo;
- c) Permitir que a SCML acompanhe a execução do respetivo fornecimento, nomeadamente, que fiscalize ou audite, em qualquer momento, no âmbito e forma que entender, os bens objeto do presente procedimento;
- d) Prestar atempadamente todas as informações relativas ao fornecimento dos bens que lhe sejam solicitadas pela SCML, nomeadamente, pontos de situação ao nível da recolha, execução e entrega dos bens;
- e) Comunicar, imediatamente à SCML qualquer facto que ocorra que impeça ou altere os prazos de entrega dos bens;
- f) Manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes da sua proposta.
- g) Assegurar o cumprimento do disposto na Portaria n.º 256/2016, de 28 de setembro, que contém as boas práticas de distribuição de dispositivos médicos;
- h) Garantir que o transporte e armazenagem cumprem todos os requisitos estabelecidos pela legislação europeia e nacional aplicável aos bens não estão ou serão contaminado por outros produtos ou materiais, não são nem serão sujeitos a condições inapropriadas de calor, frio, luz, humidade ou outros fatores adversos, nem à ação de microrganismos ou agentes;
- i) Garantir a notificação por escrito à SCML relativamente a qualquer desvio ao processo normal de fabrico dos bens a fornecer e objeto do presente procedimento;
- j) Solicitar à SCML, no caso dos bens a fornecer serem retirados do mercado, a sua substituição por outro bem, de características idênticas. Para tal, deverá fundamentar e demonstrar essa equivalência por escrito, mantendo-se obrigatoriamente todas as condições contratuais, designadamente, os preços unitários contratados, sem prejuízo de serem rejeitados, no caso de não merecerem a aprovação da SCML.

31. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS BENS E LOCAIS DE ENTREGA

- 31.1. Apenas se aceita o fornecimento dos bens se o mesmo estiver de acordo com o descrito, e conforme as especificações indicadas na **cláusula 29.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 31.2. As quantidades totais para cada um dos Lotes constantes na cláusula 29.ª do presente Caderno de Encargos são uma estimativa indicativa, e nesse sentido a SCML reserva-se o

direito de não adquirir a sua totalidade, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao Adjudicatário direito a ser indemnizado, seja a que título for.

- 31.3.** No decurso da execução contratual, os bens serão requisitados à medida das necessidades verificadas em cada momento, através das respetivas notas de encomenda a emitir pela Unidade de Gestão de Contratos da Saúde.
- 31.4.** Os bens serão entregues diretamente pelo Adjudicatário no Hospital Ortopédico de Sant'Ana da SCML;
- 31.5.** Após requisição realizada pela Unidade de Gestão de Contratos da Direção de Saúde, via fax ou e-mail, a entrega dos bens será efetuada no prazo constante da proposta adjudicada, o qual não pode ser superior a **144 (cento e quarenta e quatro) horas**. As entregas deverão ocorrer no horário compreendido entre as **9h00** e as **12h00** e das **14h00** às **16h30**.
- 31.6.** A Guia de entrega deverá conter os seguintes elementos:
 - 31.6.1.** Designação do bem, item quando aplicável, Lote e n.º do procedimento;
 - 31.6.2.** Referência do adjudicatário;
 - 31.6.3.** Código CDM, quando aplicável, atribuído pelo INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.;
 - 31.6.4.** Quantidade (em unidades e por extenso);
 - 31.6.5.** Preço unitário e preço total;
 - 31.6.6.** Assinada pelo responsável que recebeu o material, datada e com carimbo do serviço.
- 31.7.** Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.
- 31.8.** O Adjudicatário não poderá fornecer bens que não constem do presente caderno de encargos, ou que não tenham sido requisitados pela SCML.

32. CONFORMIDADE DOS BENS

- 32.1.** Os bens a fornecer no âmbito do contrato a celebrar devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, e, em conformidade com as características constantes na cláusula 29. do presente caderno de encargos.
- 32.2.** O adjudicatário é responsável perante a SCML por qualquer desconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer, que existam no momento da respetiva entrega.
- 32.3.** Em caso de desconformidade dos bens, a SCML notificará o adjudicatário, o qual deverá proceder à substituição dos mesmos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

ANEXO A

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES

DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)